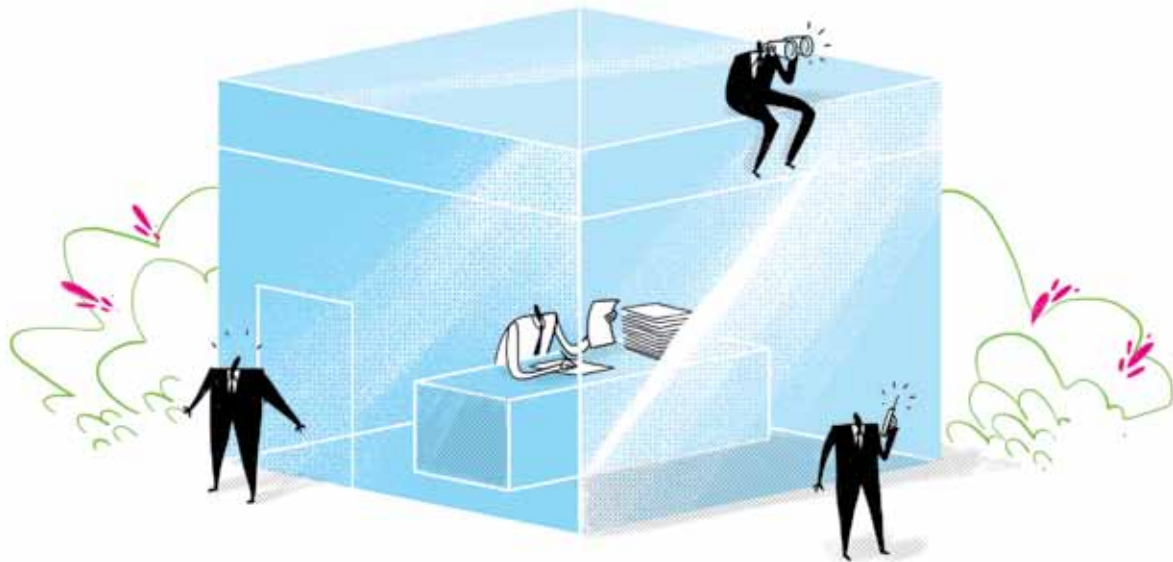


BOAS PRÁTICAS



Condutas impróprias na avaliação de projetos

Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos investigam casos suspeitos de quebra de sigilo e de troca de favores

Os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), conglomerado de centros de pesquisa que constitui a principal agência de financiamento às ciências biomédicas dos Estados Unidos, investigou nos últimos meses 60 casos suspeitos de quebra de sigilo em seu processo de revisão por pares e anunciou que, em breve, revelará as medidas disciplinares contra pesquisadores que tentaram influenciar revisores em busca de avaliações favoráveis a seus pedidos de financiamento. “Nos próximos meses, já teremos casos que poderão ser compartilhados publicamente”, disse ao site da revista *Science* o diretor do Centro de Revisão Científica dos NIH, o neurocientista Richard Nakamura. “São exemplos raros, mas é fundamental que se tornem cada vez mais raros.” O centro comandado por Nakamura organiza painéis de avaliação para analisar conjuntos de projetos apresentados por pesquisadores aos institutos. No ano fiscal de 2017, foram avaliadas 54 mil solicitações de financiamento e concedidas pouco mais de 10 mil.

Sabe-se que os 60 casos controversos haviam sido analisados por um mesmo painel de especialistas, composto por revisores pouco experientes com as normas dos NIH, em uma rodada de avaliações considerada irregular. “Houve uma tentativa de influenciar o resultado da revisão e o efeito disso

foi suficientemente ambíguo para refazermos o processo”, informou Nakamura, referindo-se à decisão de submeter os projetos a um novo escrutínio. Para garantir a sua integridade, processos de avaliação nos NIH devem respeitar uma série de regras de confidencialidade, que buscam garantir a independência dos revisores e proteger segredos comerciais ou informações sensíveis.

Nos casos investigados, foram detectados indícios de violação a várias dessas normas. A mais grave delas está relacionada a uma proposta de troca de favores, que é a oferta de alguma vantagem feita pelo proponente a membros do painel a fim de obter avaliação favorável. Pesquisadores também tomaram conhecimento das pontuações iniciais que seus projetos receberam antes de serem avaliados pelo painel e dos nomes dos revisores designados para analisá-los antes que a reunião ocorresse. Nakamura não deu detalhes de como as informações vazaram nem revelou a identidade dos envolvidos. Em um dos casos, um membro da equipe dos NIH que apoia os painéis de revisão mudou irregularmente a pontuação que os revisores deram a uma das propostas.

De acordo com as regras da agência, tudo isso é inapropriado. É vedado aos proponentes ter acesso à pontuação inicial atribuída a seus projetos. Da mesma



Vista aérea do Centro Clínico dos NIH, na cidade norte-americana de Bethesda

forma, as discussões do painel de revisores são sigilosas, a fim de garantir independência sem temor de represálias, garantindo-se aos pesquisadores, em contrapartida, a possibilidade de recorrer de resultados que julguem injustos. O contato direto entre avaliador e avaliado para tratar do projeto é totalmente proibido. As possíveis punições envolvem a suspensão do financiamento a projetos ou a proibição aos infratores de obterem recursos federais. Segundo Nakamura, preservar a integridade do processo de revisão científica dos projetos é mais importante do que nunca. As tentativas de influenciar esse processo, ele observa, podem corroer a confiança do público na ciência e distribuir de forma injusta os limitados recursos federais para pesquisa.

Em dezembro passado, quando os casos começaram a ser investigados, um dos diretores dos NIH, Michael Lauer, publicou um post em um blog da instituição em que enfatizou a importância de revisores e pesquisadores conhecerem as regras que protegem a integridade do processo de avaliação da agência. Na mesma ocasião, os NIH publicaram uma versão atualizada dessas normas, que estão em vigor desde 2015. Em reunião realizada em março, o Conselho Consultivo do Centro de Revisão Científica dos NIH reconheceu que a estratégia de apoiar

iniciativas na área de educação para evitar violações de regras não estava sendo suficiente para prevenir episódios de má conduta e sugeriu que todos os membros de painéis de revisão recebam treinamento periódico, por meio de vídeos on-line que descrevem as normas, como já acontece com membros de comitês de ética. “Os presidentes dos painéis de revisão precisam enfatizar que até mesmo pequenas violações de regras podem comprometer o sistema”, disse a neurocientista Yasmin Hurd, membro do conselho do Centro de Revisão Científica e diretora do Instituto de Dependência Química da Escola de Medicina Icahn, em Nova York.

A preocupação dos NIH em coibir desvios remete a uma crise de confiança enfrentada pelo órgão em 2005, quando foi interpelado por congressistas sobre indícios de que alguns de seus 17 mil funcionários exerciam atividades que implicavam conflitos de interesses. À época, o então diretor da agência, Elias Zerhouni, proibiu que os funcionários prestassem consultoria para empresas farmacêuticas e de biotecnologia e abriu uma investigação que identificou dezenas de violações éticas – 27 funcionários foram punidos administrativamente e oito enfrentaram processos criminais. ■

Fabrício Marques



Regras de confidencialidade

Um revisor dos Institutos Nacionais de Saúde é proibido de:

- Compartilhar propostas e materiais usados em reuniões de *peer review* com pessoas que não tenham participado oficialmente desses painéis ou divulgar informações e documentos sobre suas deliberações
- Fornecer a pessoas não autorizadas acesso aos sistemas de computador dos NIH

- Usar informações de propostas de pesquisa em benefício próprio ou divulgá-las para pessoas ou instituições que possam se beneficiar delas
- Participar de painéis de *peer review* sem assinar uma declaração padronizada de confidencialidade
- Divulgar informações sobre projetos aprovados antes da assinatura de contrato entre o pesquisador e os NIH

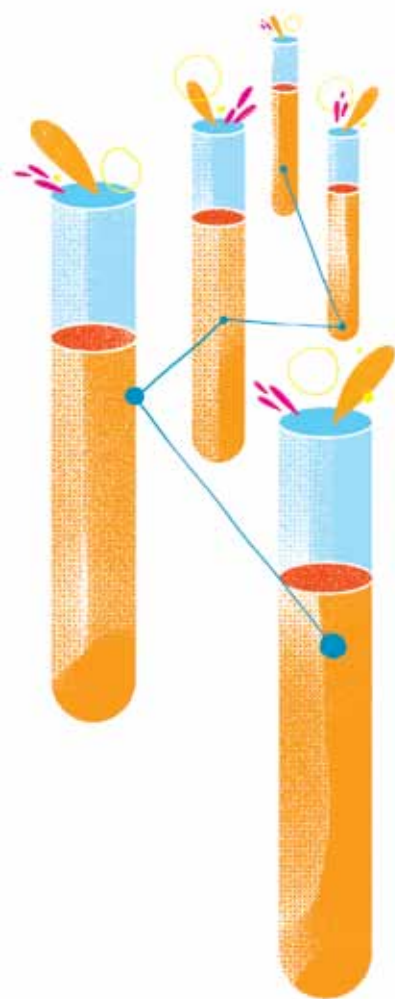
Uma rede para reproduzir experimentos

Um grupo de pesquisadores do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vai organizar nos próximos meses uma rede de laboratórios incumbida de repetir até 100 experimentos em ciências biomédicas publicados em artigos científicos brasileiros – o objetivo é verificar o quanto é possível reproduzir os resultados que foram divulgados. Batizado de Iniciativa Brasileira de Reprodutibilidade (reprodutibilidade.bio.br), o projeto recebeu financiamento do Instituto Serrapilheira. O primeiro passo será selecionar cinco métodos bastante difundidos para refazer experimentos – entre os candidatos, há técnicas como o Western Blot, de detecção de proteínas, Elisa, de detecção de anticorpos, ou RT-PCR, de quantificação de RNA, além de modelos baseados em culturas de células e roedores. “Queremos escolher métodos consagrados e fáceis de fazer, pois a etapa seguinte será convidar centros capazes de realizá-los em vários lugares do país interessados em participar da rede”, afirma o médico Olavo Amaral, coordenador do projeto. Ele espera credenciar os laboratórios participantes até o final do ano.

A escolha dos experimentos a serem replicados deverá ser feita de forma aleatória entre artigos científicos brasileiros que os utilizaram. “A intenção é selecionar pelo menos 20 experimentos relacionados a cada método e saber em que proporção dessa amostra os resultados se confirmam”, explica Amaral. Para o primeiro ano de trabalho, durante o qual serão montados os protocolos para replicar as pesquisas, o Instituto Serrapilheira vai investir R\$ 145 mil. Encerrada essa etapa, o grupo da UFRJ espera obter uma nova rodada de financiamento para a

realização dos testes – a estimativa é gastar cerca de R\$ 1 milhão na empreitada. “O valor é pequeno diante do volume de recursos investidos por agências de fomento à pesquisa no país. É importante aperfeiçoar os mecanismos de controle de qualidade dos resultados obtidos.” Cada experimento selecionado deverá ser refeito em pelo menos três laboratórios.

Amaral observa que nem sempre a revisão por pares dos artigos científicos é suficiente para detectar falhas na metodologia ou na execução dos experimentos. “Mas ninguém sabe qual é a extensão desse problema”, afirma. “Alguns levantamentos feitos em outros países avaliando áreas específicas de pesquisa conseguiram confirmar menos da metade dos resultados anunciados em artigos.”



Acusado de assédio, editor é destituído

O *American Journal of Political Science*, revista da Associação de Ciência Política do Meio-oeste dos Estados Unidos, deixou temporariamente de receber manuscritos para publicação enquanto não encontra substituto para o editor William Jacoby, demitido do cargo em meio a acusações de assédio sexual. Jacoby é pesquisador da Universidade Estadual de Michigan. Em janeiro, a cientista política Rebecca Gill, hoje professora da Universidade de Nevada, em Las Vegas, escreveu um relato pessoal em uma rede social e o compartilhou em uma reunião acadêmica, contando a experiência de ter sido assediada sexualmente por um professor durante a graduação e explicando o efeito que isso teve sobre sua autoconfiança. Não mencionou Jacoby, mas nem foi preciso, porque colegas com

experiências semelhantes comentaram o post e se encarregaram de citá-lo.

A Associação de Ciência Política do Meio-oeste fez uma investigação sobre a suspeita, mas seus conselheiros não chegaram a um consenso sobre a culpa de Jacoby e optaram por mantê-lo na função de editor até o final do ano. A saída, contudo, foi antecipada depois que o acusado utilizou o espaço do site da revista para se defender e alegar inocência. O post atraiu críticas e acabou sendo apagado. Uma carta assinada por 85 pesquisadores pediu o desligamento imediato de Jacoby, por abuso das prerrogativas de editor. Uma reunião de emergência do conselho editorial da revista, no dia 20 de abril, “aceitou a demissão” de Jacoby.